

Uma Contribuição à Discussão dos Sistemas de Informação no Ensino Público Federal

Renato Luiz do Nascimento (IFPR) renascimento12@hotmail.com.br

Élcio Martens (IFPR) elcio_martens@hotmail.com

Antônio Carlos Novaes (IFPR) novaes@ifpr.edu.br

Pedro Alvim do Nascimento (UFPR) p.alvim@outlook.com

Carla Beatriz F. Martins Rodrigues (TECPAR) cbrodrigues@tecpa.br

Resumo:

As instituições públicas de ensino, dentre elas os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vivem em um contexto de avanços tecnológicos e que permitem cada vez mais, que as organizações estejam preparadas para um ambiente extremamente competitivo, e como qualquer organização devem aproveitar oportunidades. Assim a velocidade das informações e seu gerenciamento passaram a ser marco de vantagens competitivas. Frente a este cenário, este estudo tem como objeto avaliar a estrutura funcional da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e discutir possibilidades de otimização no processo de trâmites das informações para avaliação do desempenho docente. Foi utilizada a pesquisa de revisão bibliográfica empregando o método de revisão integrativa que permite a aproximação da problemática traçando um panorama sobre a produção científica, o que permite a geração de novos conhecimentos. O estudo conceituou sistema, organizações e a relação dos sistemas nas instituições de ensino. Foi utilizado como pano de fundo a CPPD demonstrando sua situação de precariedade no trâmite do processo e levantar as condições necessárias para discussão de implantação de um sistema de informação. A análise em questão demonstra a necessidade dos sistemas de informação dentro do processo de suporte às funções de planejamento, organização, execução e controle de uma empresa, de uma organização ou de uma instituição de ensino.

Palavras-chave: Sistema da Informação, Sistema da Informação Gerencial, Ensino Público Federal.

A Contribution to the Discussion of Information Systems in Public Education Federal

Abstract

The public educational institutions, among them the Federal Institutes of Education, Science and Technology, live in a context of technological developments that allow increasingly organizations are prepared for an extremely competitive environment, and like any business organization should avail opportunities. Therefore the speed of information and its management have become landmark competitive advantages. Within this framework, this study aims to show the functional structure of the Permanent Faculty Staff (CPPD) of the Federal Institute of Paraná (IFPR) and discuss ways of optimization in the process of information procedures for teacher performance assessment. We used the research literature review using integrative review method that allows the approach to the problem by drawing a picture on the scientific production, allowing the generation of new knowledge. The study conceptualized system, organizations and the relationship of the systems in educational organizations. Was used as a backdrop to the Standing Committee of Faculty Staff to demonstrate

their precarious situation in the processing of the case and lift the conditions necessary to discuss implementation of an information system. The analysis presented that it is increasingly perceived the need of information systems in the process of supporting the functions of planning, organization, implementation and control of a company, an organization or an educational institution.

Key-words: Information System, Information Management System, Federal Public Education

1. Introdução

O avanço tecnológico e a necessidade das organizações estarem competitivas no mercado, evidencia que o tratamento das informações tem um papel importante no desenvolvimento e nos resultados das organizações. Os processos com apoio de novas tecnologias têm como proposta de facilitação do trabalho nas empresas, bem como de seus usuários a fim de permitir uma fluência em seus processos sistêmicos.

Para Nascimento *et al.* (2011), as mudanças das tecnologias de informação exigem um constante aperfeiçoamento das pessoas e suas habilidades, capacidades, atitudes, conhecimento, e ainda das organizações. Não obstante, as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, são instituições que buscam aperfeiçoar o desempenho para satisfazer necessidades dos clientes, em um conjunto de esforços para atingir a vantagem competitiva. Mainardes *et al.* (2011).

Para Bernardes e Abreu (2004), embora as universidades sejam as responsáveis pelos avanços de inovações, apresentam limitações estruturais. As instituições federais de ensino, por estarem vinculadas a um sistema centralizado pelo governo, desenvolvem subsistemas de informação, que nem sempre são compatíveis com os sistemas centrais e são fragmentados, gerando dificuldades de acesso às informações dos sistemas centrais, se fazendo necessário, portanto, um sistema gerencial adequado às necessidades.

Dentro dos processos das organizações, observa-se a crescente utilização dos sistemas de informação, manuais ou computadorizados. O sistema é conceituado por Oliveira (2011), como sendo um conjunto de partes que são interagentes e interdependentes, e passam atuar de maneira unitária, com objetivo claro para atingir uma determinada função. O objetivo de sistematizar as informações tem uma ação no processo decisório, ultimando a tomada de decisão.

Sob este contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a atual condição estrutural e funcional da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e discutir alternativas para evoluir o desempenho da avaliação docente.

Esta comissão está vinculada diretamente à reitoria, atuando nas ações políticas, nas análises das questões relativas à vida funcional do docente, em consonância com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE). A comissão atualmente funciona exclusivamente com informações manuais, sendo necessária uma intervenção para a sua modernização, o que resultara na eficiência no trâmite dos processos.

O trabalho tem como objetivo específico mapear o processo da avaliação docente, seja ela por titulação ou progressão funcional, bem como, identificar os fatores que interferem no sistema de informação.

Em fase da demanda que grassa as atividades da CPPD, atribuídas a partir da lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012, espera-se que o artigo possa gerar uma reflexão sobre a utilização de um sistema de informação em apoio a este órgão. O estudo busca verificar o funcionamento e a funcionalidade operacional das ações inerentes a comissão. O trabalho pretende buscar referências que apoiem a proposta. Não foram identificados até o momento referências

comparativas a este processo. Este artigo tem como apoio de argumentação a necessidade cada vez mais premente da aplicação do sistema de informação e de indicadores para os procedimentos de gerenciamento no processo administrativo de uma instituição pública de ensino.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Optou-se para este trabalho a utilização de uma pesquisa bibliográfica, que tem como base a coleta de material divulgado, e análise de documentos. Gil (2010). Este estudo aplica a metodologia da pesquisa exploratória objetivando a aproximação do problema e ampliação da visão geral dos fatos.

Na revisão bibliográfica, utilizou o método da revisão integrativa que permite ao pesquisador aproximar-se da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre a sua produção científica, de forma que possa conhecer a evolução do tema ao longo do tempo, esta possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores (BOTELHO, *et al.* 2011).

Para utilização deste método realizou-se as seguintes etapas: definição do tema, questão norteadora, com a definição de termos para realizar a busca de bibliografia relevante; seleção da bibliografia encontrada através de leitura prévia de resumos e identificação dos títulos; leitura e análise das referências e realização de um cruzamento da situação atual e das necessidades levantadas, a partir da literatura encontrada, para promoção da viabilidade de implementação de uma nova abordagem no gerenciamento de informações na instituição objeto deste estudo.

A busca foi realizada nas bases de dados dos periódicos da Capes e nas bases de dados das *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *web of science* e no *Google Scholar* e buscou-se nos principais eventos da engenharia da produção: ENEGEP e SIMPEP. A questão norteadora das buscas foi inicialmente feita com os seguintes termos: sistemas de informação, instituição pública, CPPD, todavia não demonstrando resultados satisfatórios para estudo. Nos eventos a busca realizada nos últimos cinco anos não apresentou relevância, obrigando a acrescer o período de recorte para os últimos 10 anos. Foram identificados oito artigos com pouca significância.

A busca na *web of science* foram utilizados os seguintes termos: *System management information, Management university e information systems*, na primeira busca sem refinar apareceram 367 artigos, porém ao refinar na categoria *computer science information systems or computer science interdisciplinary applications - Topic= ("system" or "management" or "information") AND Topic=(education OR educational OR system OR computer OR science OR information) AND Topic=(computer OR science OR "information" OR interdisciplinary OR applications OR tool OR method OR technique OR curriculum)*, chegou-se a 80 artigos, sendo que desses, somente 7 artigos apresentaram relevâncias ao tema proposto. A busca no *Google Scholar* foi mais produtiva em função da abrangência de acessos a bancos de dados de dissertações e teses, totalizando 22 artigos oito dissertações e duas teses, com a utilização dos seguintes termos: gestão universitária, sistema de informação, instituições de ensino, instituições públicas de ensino, Sistemas de Informações Gerenciais em instituições de ensino. Esses resultados apresentados demonstram a fragilidade da temática, poucos trabalhos de referência aos estudos relacionados à implantação de sistemas de informação em um setor importante nas universidades denominado Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD.

2 – Revisão da Literatura

2.1 Sistemas de Informação nas organizações

Para melhor entendimento buscou-se primeiro definir “sistema”. Segundo Oliveira (2011), sistema é formado por partes interdependentes que interagem, formando um conjunto, com objetivo comum para se efetuar uma determinada função. Nesse caso o objetivo é a própria razão do sistema, senão, não haveria a necessidade da sua criação. Para melhor entendimento da organização de um sistema, buscamos na biologia através do conceito de Busato (2001, p. 69), que se entende por sistema um padrão de organização que é a configuração das relações entre os componentes do sistema que determinam as características essenciais deste sistema, ou seja, são as relações que devem estar presentes para que ele, o sistema, seja reconhecido.

As instituições para seu melhor desempenho e eficiência nos processos administrativos, buscam o arranjo das suas informações através de sistemas de informação. Para Moresi (2000), os sistemas de informação têm o objetivo de otimizar os fluxos de informação, procurando assim, efetivar o processo decisório, através da organização das informações que possam intervir na realidade.

Segundo Laudon e Laudon (1999, p.4), os componentes inter-relacionados são capazes de coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir a informação com a finalidade de facilitar o planejamento, o controle, a coordenação e, a análise para o processo decisório. Esse conjunto de ações pode ser definido como um sistema de informação, dentro das organizações. A figura 1, mostra como ocorre decomposição da informação em forma utilizável na coordenação do fluxo de trabalho de um sistema de informação. Esse processo está dividido em: **Entrada** que envolve captação, coleta de fontes (internos ou externos) - O **processamento** envolve a conversão da informação bruta em algo palatável e útil – **Saída**, que envolve a transferência da informação para aqueles que a usarão. As informações são armazenadas nos sistemas, para serem usadas no processamento ou a saída. **Retroalimentação** é a saída que retorna com objetivo de refinar e corrigir os dados de entrada.

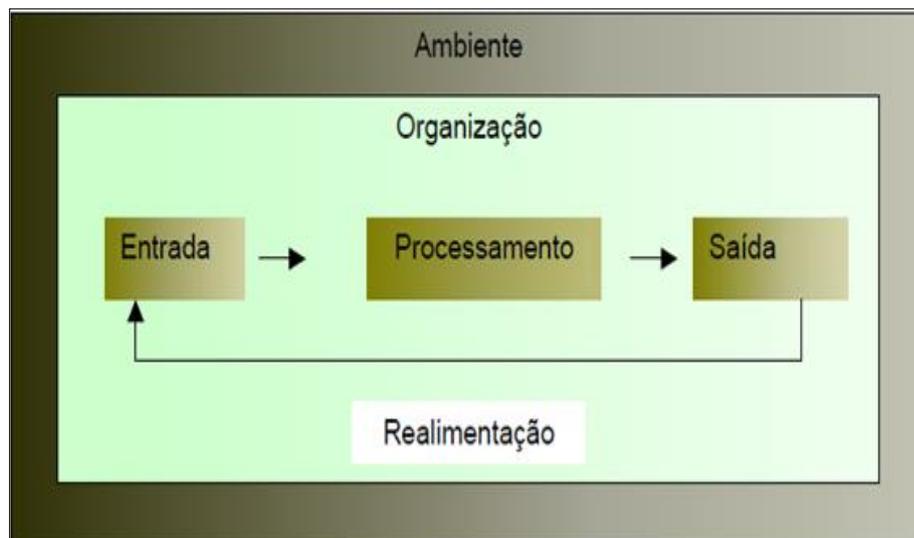


Figura 1 - Atividades dos Sistemas de informação: Entrada, Processamento e Saída
Fonte: Laudon e Laudon (1999)

Segundo Cunha *et. al* (2005), uma organização não seria capaz de sobreviver sozinha sem um sistema que pudesse gerenciar, auxiliar e interagir em todos os processos da organização. Os sistemas de informação e as organizações influenciam-se mutuamente. Os sistemas podem ser alinhados à organização apresentando informações relevantes para quem determina sua busca.

Contudo, esta relação de benefícios tecnológicos e de influência que o sistema de informação apresenta, tem que ser assimilado pela organização de maneira pró-ativa. A figura 2 demonstra a necessidade de envolvimento na relação de aceitabilidade entre a organização e as vantagens oferecidas pelos avanços de novas tecnologias. Os sistemas de informação e as organizações influenciam-se mutuamente. Laudon e Laudon (2004, p. 74).



Figura 2 – O relacionamento de duas vias entre a organização e tecnologia da informação
Fonte: Laudon e Laudon, (2004)

Para Hemmatfar *et al.*(2010), a mudança global e as evoluções tecnológicas, nesse terceiro milênio predispõem um ambiente altamente competitivo que passa pelo sistema de informação na gestão das organizações. Diante dessa necessidade, de grande importância no processo de decisão em busca de vantagens competitivas, passa a ser o maior desafio na buscar por ferramentas que melhorem a competitividade.

Não obstante, este entendimento, Cunha *et. al.* (2005) apresentam em seu estudo que as organizações empresariais entendem o sistema de informação como um mecanismo para o enfrentamento da competitividade, investindo em sistemas eficientes. Fato que não ocorre nas empresas públicas, por apresentarem dificuldades em se adaptar à novas práticas e, por conseguinte perdem em competitividade para instituições similares da rede particular.

Neste sentido as instituições de ensino públicas vivem uma situação paradoxal: são responsáveis pelas pesquisas, descobertas e disseminação dessa tecnologia de sistemas de informação, e apresentam resistência em colocá-las em prática em suas estruturas internas. BERNARDES E ABREU (2004).

Corroborando com essa análise, Magalhães e Mac-allister (2007), situam que apesar da evolução tecnológica e a expansão das Instituições de Ensino Superior, observa-se que a incorporação dessas tecnologias ocorre de maneira aparentemente descontínua e inadequada, sendo assim, a tecnologia não desempenha suas funções básicas, atender as demandas acadêmicas e administrativas promovendo a integração e a interação em rede.

Contudo, Cunha *et al.*(2011) em seu trabalho relata que a maioria das instituições públicas de ensino, independente da sua situação estatal, não possuem um controle eficiente do seu fluxo

de informação. Demonstrando falta de conhecimento de sua instituição e da utilização adequada dos recursos como instituição pública que deveriam atender à comunidade.

Na análise de Júnior *et al.* (2007), o fato pontual é que, as instituições de ensino não possuem controle do fluxo de informação, por usar sistemas isolados, não ocorrendo a integração e não permitindo a agilidade nos processos decisórios. As instituições de ensino público federais são dependentes de sistemas centralizadores. Com informações fragmentadas, geradas através de sistemas ou subsistemas, reproduz condições não compatíveis com o sistema maior, não permitindo a interação no sistema.

Segundo Bernardes e Abreu (2004), a falta de compatibilidade acaba gerando dificuldades no momento de migrar dados ou informações entre os sistemas. Essa fragilidade demonstra que as instituições de ensino públicas, poderiam otimizar suas informações tendo um melhor aproveitamento de suas informações satisfazendo melhor seu cliente, o aluno do ensino público. CUNHA *et al.* (2005).

2.2 Contexto organizacional do Instituto Federal de Ensino do Paraná

Os Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia apresentam as mesmas características das instituições de ensino superior, suas demandas organizacionais são similares do ponto de vista estrutural. A estrutura dos Institutos Federais de Ensino é basicamente composta no seu organograma pela reitoria, pró-reitorias: de Ensino, de Administração, de Extensão, Pesquisa e Inovação, de Gestão de Pessoas, de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, diretorias, órgãos colegiados, comissões e conselhos, além das estruturas representativas de cada campus. São estruturas complexas pelas suas características organizacionais e, especializada por executarem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Toda a estrutura organizacional do Instituto Federal do Paraná está constituída em dois pilares: O acadêmico, que têm como finalidade da instituição, e o administrativo que está relacionada à estrutura de apoio ao acadêmico (discente e docente). As Instituições Federais de Ensino englobam uma série de diretrizes, normas, princípios e finalidades que têm o papel de orientação aos múltiplos processos mecânicos, característico em uma organização de ensino. Esse conjunto de processos são ações gerenciais que procedem de práticas administrativas cotidianas burocráticas, bem como, as ações departamentais que exigem maior envolvimento da organização. (DE CAMPOS, 2011).

Dessa conjuntura organizacional foi escolhido para esse trabalho discutir a situação da Comissão Permanente de Pessoal Docente, composta por membros eleitos na instituição, tendo seu objetivo principal, avaliar o desempenho de seus pares.

O Instituto Federal do Paraná, foco deste estudo por ser uma instituição de ensino superior pública federal, tem seus servidores regidos pela égide do Regime Jurídico Único instituído pela Lei 8112/90, dividindo os servidores em duas carreiras: Magistério do Ensino, Técnico e Tecnológico e Técnicos Administrativos em Educação.

2.3 Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD

Historicamente a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD foi criada pelo decreto, nº 94.664, de 23 de julho de 1987, em atendimento aos dispositivos da Lei nº 7.596 de 10 de abril do mesmo ano. (BRASIL, 1987). Através da Portaria do MEC nº 475 de 26 de agosto de 1987 ficaram estabelecidas as normas complementares para a execução do Decreto acima citado. As normas definiram as ações da CPPD, através do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE, tendo como referência do decreto, a definição de três planos de carreiras para o funcionalismo federal: Plano de Carreira dos Professores do

Ensino Superior; Plano de Carreira de Professores do Ensino de 1º e 2º graus e Plano de Carreira para os Servidores Técnicos Administrativos.

No decreto estabelecido pelo MEC no seu artigo 11º, há uma referência às Instituições Federais de Ensino que deverão ter uma Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD. Nos parágrafos desse artigo ficou estabelecido que à CPPD, caberá prestar assessoramento ao colegiado competente na instituição de ensino superior e ao dirigente máximo da mesma, para formulação, acompanhamento da execução da política de pessoal docente, sendo que as atribuições e forma de funcionamento da CPPD serão especificadas pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 1987).

Na tabela 1 estão representados os períodos históricos do funcionalismo público federal e as ações que influenciaram a carreira do magistério federal. Lembrando que o ensino federal surge em 1909, no governo Nilo Peçanha com a criação das escolas de artífices e a primeira instituição de ensino superior somente em 1912 a Universidade Federal do Paraná.

Ano	Presidente	Lei	Ação
1936	Presidente Getúlio Vargas	Lei nº 284/36	Classificação, salários, forma de ingresso e estabilidade.
1952	Presidente Eurico Gaspar Dutra	Lei nº 1.711/52	Estatutos dos Funcionários Públicos Civis da União
1967	Presidente Marechal Castello Branco	Decreto Lei 200/67	Consolidação das leis do trabalho
1987	Presidente José Sarney	Lei nº 7.596/87	Estabelecer Política de Pessoal para as IFE regulamentação da carreira
1987	Presidente José Sarney	Portaria MEC nº 475/87	Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – PUCRCE
1990	Presidente Collor	Lei nº 8.112/90	Regime Jurídico Único - regime CLT sem direitos de estabilidade
2008	Presidente Lula	Lei nº 11.784/08	Criação da Carreira Docente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT.
2012	Presidenta Dilma	Lei nº 12.722/12	Condições de igualdade com a carreira do Magistério Superior - relativa equiparação

Fonte: autores (2013)

Tabela 1- Demonstrativo de Leis e ações realizadas e seus respectivos períodos.

Para Lima (2010), o período que compreende os anos de 2005 a 2008 é marcado na legislação brasileira como referência na carreira do magistério e a criação dos Institutos Federais. Em 22 de setembro de 2008 foi criada a nova carreira Docente de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, em substituição a carreira formulada na Lei nº 7.596 de 10 de abril de 1987 que regulamenta o Plano de Carreira de Professores do Ensino de 1º e 2º graus.

A Comissão Permanente do Pessoal Docente (CPPD) do Instituto Federal do Paraná - IFPR está passando por um processo de reformulação pela própria essência de sua origem. O IFPR deriva de um setor da Universidade Federal do Paraná, setor Escola Técnica da UFPR, através da Lei nº 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país e do Decreto nº 6095 do mesmo ano, estabelecendo as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. A CPPD do IFPR atuou por meio da portaria nº 60 de 13 de março de 2009 sendo a primeira comissão estabelecida na nova instituição. Com o final do período da gestão da comissão anterior, foi

realizada eleição e a nova comissão assumiu pela Portaria 178 de 29 de fevereiro de 2012. O regimento que regulamenta a CPPD está ainda sob análise e aprovação do conselho superior (CONSUP) do IFPR.

No que tange as ações esse órgão de assessoramento da Administração Superior do Instituto Federal do Paraná, cabe prestar assessoramento ao colegiado competente ou dirigente máximo do IFPR, para formulação e acompanhamento da execução das políticas de Pessoal Docente. A partir da Lei 12.772 de 28 de dezembro de 2012, no seu capítulo VII, foram atribuídas outras ações a comissão:

- a) dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas;
- b) contratação e admissão de professores efetivos e substitutos;
- c) alteração do regime de trabalho docente;
- d) avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional;
- e) solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado;
- f) liberação de professores para programas de cooperação técnica com outras instituições, universitárias ou não;
- g) Emitir pareceres e manifestar-se sobre qualquer assunto relativo à política de pessoal docente.

Para conhecer o atual estado de funcionamento das atividades da CPPD, buscaram-se informações para entender a sua dinâmica. Este estudo demonstrou as funções e características, por meio do mapeamento do sistema atual de procedimentos. E levantar as necessidades para apoiar a criação de um sistema de informações gerenciais que permita com eficiência e eficácia, avaliar os processos dos docentes da instituição.

2.4 Descrição do processo de progressão

O processo de encaminhamento de solicitação de parecer da CPPD tem o seu início com abertura de processo administrativo pelo interessado, neste caso o professor, a partir de uma data determinada pela sua entrada no sistema da instituição de ensino de acordo com definição do período de interstício de atividade docente, determinado por lei. A progressão na carreira docente ocorre por titulação e por avaliação de desempenho, sendo que esta progressão pode ser: de um nível imediatamente superior; dentro da mesma classe; e promoção é a mudança do último nível de uma classe para o primeiro nível da imediatamente superior; a promoção para professor titular possui regulamentação própria.

A avaliação por desempenho será pleiteada pelo docente após o cumprimento de dois anos (24 meses) no nível respectivo. Este processo é montado com base em formulário próprio criado pela CPPD, que estipula valores para atividades de docências, educativas culturais, pesquisa, extensão e ou administrativas. Após coletar cópias de documentação comprobatória monta-se o processo e este é protocolado na secretaria do campus com o GT/pessoas do Campus, onde está lotado.

Na progressão por titulação o docente solicita Promoção ou Retribuição Salarial em função de concluir cursos de pós-graduação (- especialização, mestrado e doutorado); que da mesma forma é solicitado mediante abertura de processo.

Em ambos os casos são encaminhados via malote interno à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE, para ser anexada a ficha funcional, em seguida é encaminhado à CPPD, que em reuniões mensais analisa e avalia os processos, emite parecer de acordo com a legislação

vigente, anexando-o ao processo. Depois da homologação do parecer, em reunião com os membros da CPPD, o processo é reencaminhado à PROGEPE, que avalia e aceita ou devolve à CPPD, para correção do parecer quando este está em desacordo com as normas exigidas, tais como: dúvida em documentos anexados, data, contagem de tempo entre outros.

A quantidade de papéis é muito grande e há a possibilidade de extravio de documentos do processo durante essa movimentação. A sequência do trâmite dos processos funcionais dos docentes foi mapeado e demonstrado na figura 3 que segue abaixo.

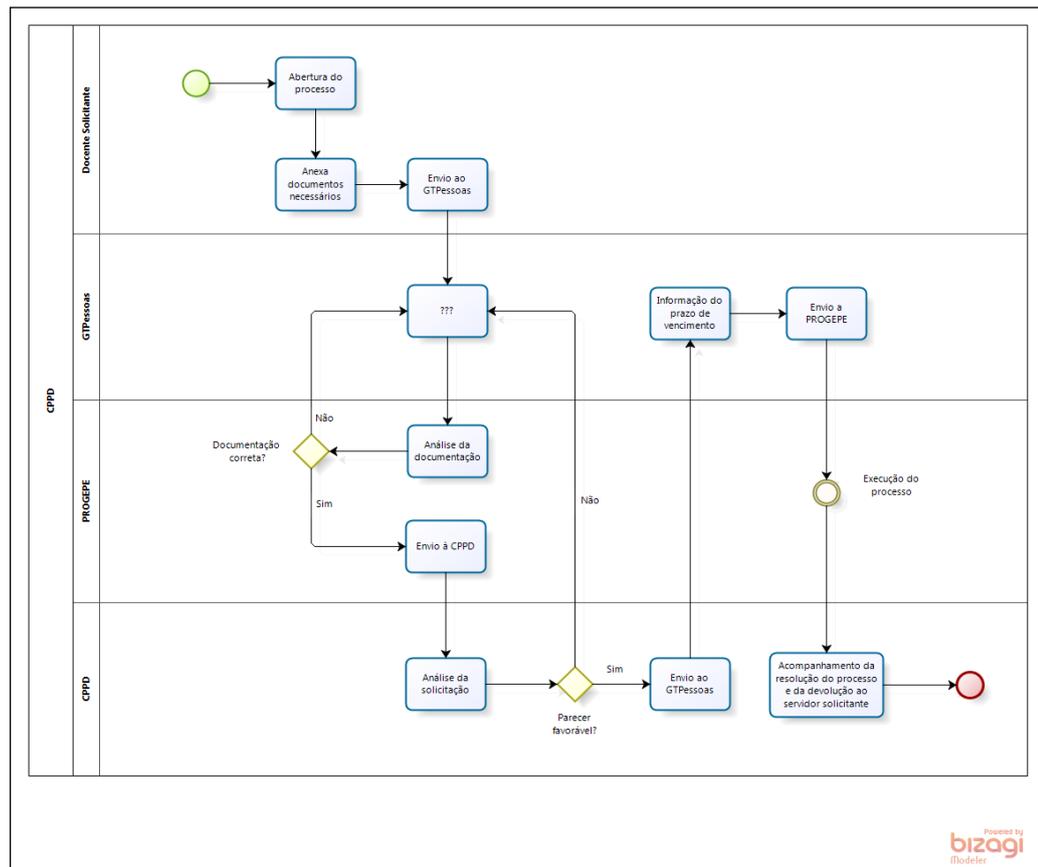


Figura 3 – Mapeamento do trâmite dos processos funcionais dos docentes do IFPR
 Fonte: Autores, (2013)

O caminho percorrido é longo e demorado, levando a um acúmulo de processos encaminhados a CPPD, por vezes ficando parado em alguma parte do percurso, pois o IFPR conta atualmente com dezesseis (16) campi, com mais oito (8) Unidades de Educação Profissional (UEPs), e com previsão de abertura de mais cinco (5) campi até 2014. A comissão é única, composta por 6 servidores docentes, eleitos para um mandato de 3 anos efetivamente.

A recepção da documentação na Pró-reitoria com sua aceitação a partir dos pareceres emitidos pela comissão segue seu percurso até sua homologação pelo Reitor e publicação em Diário Oficial.

Realçando que no atual contexto a CPPD, funciona com base na portaria 178 de 29 de fevereiro de 2012 até o presente momento, e de acordo com a Lei 12.772 novas atribuições foram acrescentadas tendo a necessidade de serem regulamentadas, a partir da implementação do regulamento, que está sendo analisado pelo CONSUP.

3 Análise de Dados e Resultados

Por ser um trabalho de revisão bibliográfica e de pesquisa exploratória, os resultados foram as análises dos conceitos e a discussão sobre um possível modelo de sistema de informação para apoio nas atividades da CPPD, e que sejam compatíveis com as necessidades de seus usuários.

Os conceitos levantados nesse trabalho contribuíram para uma possível interferência na atual estrutura da CPPD da instituição estudada. As informações devem ser usadas no contexto de uma instituição de ensino, como fonte de vantagens estratégicas, oportunizando o gerenciamento da informação, permitindo assim, o seu melhor desenvolvimento. A informação, elemento fundamental em uma organização deve ser estrategicamente organizada, consentindo que as informações sejam integradas, para que possam interagir em rede, flexibilizando o seu acesso.

Para Tait *et al.* (1999), a elaboração de uma arquitetura de sistemas de informação é a visão geral da organização e das informações, desde o nível operacional até o nível executivo. Nesse contexto, passa a ser necessário um mapeamento das informações dentro da instituição, avaliando as ações que transitam desde a gerência às ações dos usuários. Considerando assim, questões específicas da organização, das pessoas e das tecnologias para o desenvolvimento e implantação desse um sistema. Esse sistema de informação deve possibilitar interação entre a área administrativa e a área acadêmica facilitando o controle melhorando o processo de decisão em relação às situações em que serão aplicadas, no caso da CPPD, informações que permitam a avaliação para a promoção do docente.

Segundo Bernardes e Abreu (2004), fatores críticos como planejamento, execução e controle, devem ser considerados na implantação de um sistema de informação e no seu gerenciamento. A necessidade de tomada decisão, como as que são realizadas na CPPD, aonde as informações terão consequências futuras, são imprescindíveis o acesso a vários bancos de dados permitindo a interação dessas informações.

Bernardes e Abreu (2004), em seus estudos de revisão de literatura tentando visualizar qual a contribuição dos sistemas de informação na gestão universitária denotaram que a tendências está voltada para sistemas de informação gerencial. Os estudos mostram que o Sistema de Informação Gerencial (SIG), é um suporte importante nos processos decisórios das instituições de ensino superior. As Instituições de Ensino possuem informações estratégicas que são utilizadas como elementos de vantagens competitivas e, o SIG terá a condição apropriada para gerencia-las.

Segundo Oliveira (2011), o sistema de informação gerencial (SIG), dá suporte às funções de planejamento, execução, controle e organização de uma empresa, fornecendo informações seguras e em tempo hábil para tomada de decisão. É um conjunto de subsistemas que de maneira integrada, gera informações importantes para o processo decisório. Nesse aspecto podemos relacionar outras referências necessárias de um sistema de informação para as instituições de ensino, tais como: A importância da informação; a informação como ação estratégica; sistemas integrados; arquitetura do sistema compatível com outros sistemas mantenedores.

Tait (2000), baliza em seus estudos que as tendências na informatização do setor público passam pela necessidade um sistema de informação gerencial. Sendo que o gerenciamento e a utilização das informações geradas pelos dirigentes públicos devem ser transparentes e confiáveis, garantindo assim, sua compreensão tanto pelo usuário interno quanto pelo usuário-cidadão dos serviços públicos.

4 Considerações Finais

O Presente estudo teve como objetivo geral investigar por meio de uma análise bibliográfica possíveis contribuições na área de sistemas de informações que pudessem atender às demandas de uma instituição de ensino público federal.

Partiu-se de um aporte teórico que compreendeu uma análise e conceituação dos sistemas de informação e as suas relações dentro das organizações, o contexto organizacional dos Institutos Federais de Ensino, e as especificações da Comissão Permanente de Pessoal Docente dentro da instituição, bem como as leis que sustentaram sua estruturação. O estudo permitiu identificar aspectos relevantes quanto à necessidade do uso de um sistema de informação.

Novas atribuições a partir de Lei nº 12.772/12, o aumento da demanda de atividades justifica cada vez mais a necessidade de um aprimoramento gerencial em suas atividades de atuação. Neste sentido a análise de Bernardes e Abreu (2004), aponta que uma administração competente envolvida em melhorias de qualidade, na prestação de seus serviços, exige dessa organização de ensino uma estrutura organizada adequada.

Dessa maneira a disseminação da informação e socialização do conhecimento só ocorrerá se um Sistema de Informação Gerencial adequado for implantado, respeitando as características da instituição. Esse contexto estudado tem a preocupação em mostrar a importância de um sistema de informação que possibilite a integração entre a área administrativa e a acadêmica, com a finalidade de propiciar um maior controle sobre desperdício de informações e a melhor integração em os setores, além de oferecer maior transparência à gestão.

O estudo admite várias reflexões sobre a temática, justificando as possibilidades e as necessidades da implantação de um sistema de informação nos Institutos Federais de Ensino, essas reflexões passam pelo fracasso ou sucesso, na busca da melhoria contínua dos processos internos e externos de uma organização.

O processo de pesquisa possibilitou maior conhecimento da realidade do órgão de assessoramento da administração superior do Instituto federal do Paraná, e pode contribuir para o desenvolvimento, na medida em que forem analisados os aspectos considerados pela literatura pesquisada como relevantes para seu aproveitamento na implantação de um sistema de informação, para uma CPPD.

A partir da realização desta pesquisa, e do possível interesse em estimular futuros trabalhos, espera-se, que possam ampliar as discussões da gestão do sistema da informação nas instituições públicas de ensino, em particular nos Institutos Federais de Ensino.

Referências

BERNARDES, J. F.; ABREU, A. F. *A contribuição dos sistemas de informações na gestão universitária. IV colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul.* Florianópolis – Brasil. 2004.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. *O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.* Gestão e Sociedade. Belo Horizonte. v.5, n.11. Maio/agosto, p.121-136. 2011.

BRASIL. *Ministério da Educação. Portaria nº 475, de 26 de agosto de 1987.* Disponível em <[HTTP://ufpb.br/sods/secretaria/Portaria%20475-MEC.htm](http://ufpb.br/sods/secretaria/Portaria%20475-MEC.htm)> acesso em 20.04.2013.

BRASIL. *Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.* Disponível em <[HTTP://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D94664.htm)> acesso em 20.04.2013.

BUSATO, I. R. H. *Desenvolvimento de Metodologia Adequada à Disciplina de Biologia, que Permita uma Diminuição da Visão Fragmentada do Saber e Contemple uma Visão mais Integrada e Holística.* Florianópolis. Dissertação em engenharia de produção. Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. Santa Catarina. 2001.

- CUNHA, M. X. C.; SOUZA JUNIOR, M. F.; ALMEIDA, H. O.** *Dificuldades com Integração e Interoperabilidade de Sistemas de Informação nas Instituições Públicas de Ensino - um Estudo de Caso no CEFET-AL.* Anais do XII Simpósio de Engenharia de Produção, Bauru, 2005.
- CUNHA, M. X. C.; SOUZA JUNIOR, M. F.; DORNELAS, J. S.; MAIA, C. F. M.** *Análise da implantação dos sistemas de informação em uma instituição federal de ensino de alagoas à luz da teoria institucional.* Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, v. 4/2011, p. 1-16, 2011.
- DE CAMPOS, I. F.** *Desafios Estratégicos da Gestão Universitária em Ies Privadas.* Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - VIII SEGeT 19 a 21 de outubro 2011.
- GIL, A.C.** *Como elaborar projetos de pesquisa.* 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A.C.** *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: Atlas, 1999.
- HEMMATFAR, M.; SALEHI, M.; BAYAT, M.** *Competitive advantages and strategic information systems.* International Journal of Business and Management, v. 5, n. 7, Jul. 2010.
- JÚNIOR, M. S.; CUNHA, M.; NETO, J. G. C.; BARROS, H. S.; TORRES, W.** *Implementação de um Protótipo para Integração Orientada a Serviços dos Sistemas de Informação do CEFET-AL.* In II Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica. Novembro, 2007.
- LAUDON, K. LAUDON, J.** *Sistemas de informação.* 4a. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- LAUDON, K.C.; LAUDON, J. P.** *Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital.* 5ª Ed. Pretinice Hall: São Paulo, 2004.
- LIMA, J. M. B.** *Criação dos Institutos Federais: os impactos da negociação coletiva sobre o plano de carreira e cargos de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. 2010.
- MAINARDES, E. W.; FERREIRA, J.; TONTINI, G.** *Vantagens Competitivas em Instituições de Ensino Superior: proposta e teste de um modelo.* IX colóquio internacional sobre gestão universitária Na América do Sul. Florianópolis – Brasil. 2011.
- MAGALHÃES, C.; MAC-ALLISTER, M.** *Gestão da Tecnologia da Informação (TI) nas Instituições de Ensino Superior (IES): um estudo de caso numa IES particular de Salvador.* Anais do Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 22 a 24 de outubro. 2007.
- MORESI, E. A. D.** *Delineando o valor do sistema de informação de uma organização.* Ciência da Informação, 29 (1), 14-24, jan./abr. 2000.
- NASCIMENTO, A. M.; LUFT, M. C. M. S.; ARAUJO, G. F. D.; DACORSO, A. L. R.** *Implantação de sistemas de informação em uma secretaria estadual. Pensamento Contemporâneo em Administração.* Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p.66-82, set/dez 2011.
- OLIVEIRA, D. P. R.** *Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais.* 14 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- TAIT, F. C.; PACHECO, C. S.; ABREU, A. F.** *Arquitetura de Sistemas de Informação - Evolução e Análise Comparativa de Modelos.* Revista Produção, vol. 9, nº.1, outubro/1999. ISSN 0103-6513, pp. 55-63.
- TAIT, F. C.** *Um Modelo de Arquitetura de Sistemas de Informação para o Setor Público: estudo em empresas estatais prestadoras de serviços de informática.* Tese (Doutorado em Engenharia de Produção - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção), UFSC, Agosto, Florianópolis. 2000.